

APROVAÇÃO NATURAL

Para a *intelligentsia* progressista, pode parecer pouco plausível ou razoável que a população brasileira seja a favor da classificação das facções criminosas como grupos terroristas. Aliás, para essa classe social, o "reacionarismo" de quem é contra a socialização de bandidos de altíssima periculosidade seria causado por falta de empatia, e não por experiências com a reincidência de crimes ou pela sensação de insegurança gerada pela certeza da impunidade.

A elite brasileira que tem poder para mudar o discurso público vive em bairros distantes das comunidades sob controle do tráfico de drogas, pouco sabe sobre como é a rotina de quem vive esse tipo específico de insegurança e muito menos imagina como é estar sujeito à arbitrariedade dos tribunais privados do tráfico. Passa longe de seu horizonte de consciência como é viver pagando taxas ilegais para o crime organizado — como ocorre no condomínio do Rio de Janeiro que foi capturado pelo Comando Vermelho, ou mesmo nos conjuntos habitacionais de Mato Grosso —, colocando como prioridade no orçamento quitar taxas de quem está disposto à violência diante de um atraso ou recusa de pagamento.

Essa distância profunda entre o que se discute na grande mídia e nos gabinetes do Legislativo e o que o cidadão comum sente na pele reflete o colapso real do sistema de justiça e a fratura social da nação. Enquanto a elite falante e os veículos do establishment se apegam a teorias abstratas de ressocialização, o brasileiro lida com a realidade brutal de uma violência cotidiana que o Estado simplesmente aparenta ter desistido de conter, transformando velhas promessas de proteção em pura farsa institucional.

A aprovação popular diante da classificação de facções como o PCC e o CV como grupos terroristas só reflete essa fratura social. Enquanto o cidadão comum vê o faccionado como um agente de altíssima periculosidade, encarando com naturalidade sua classificação como terrorista, a mídia e os políticos de esquerda tentam emplacar um discurso sobre soberania nacional e independência no combate ao crime, na esperança de amenizar a sensação de insegurança que acomete o cidadão comum.

E, enquanto a esquerda tenta manter a farsa do combate ao crime, as facções se organizaram, viraram empresas altamente burocráticas e acumularam poderio bélico suficiente para dominar territórios e questionar a soberania do Estado e o império da lei. Diante disso, exigir a eliminação cirúrgica dessas estruturas é a única reação natural de autodefesa de um povo privado de qualquer salvaguarda estatal.

A verdade incômoda é que essas facções já operam sob uma ordem supraestatal paralela. Elas exercem um domínio absoluto sobre territórios inteiros e rotas logísticas estratégicas, controlando o comércio, cobrando taxas de "proteção" e ditando sua própria ordem pelo medo. Nesses enclaves, a vigência da Constituição foi destruída e substituída pelo paradigma da exceção total: são os tribunais do crime, com seus códigos particulares e execuções sumárias, que ditam as regras de sobrevivência. O cidadão comum fica inteiramente à mercê da injustiça de criminosos psicopatas que usam a violência para consolidar seus objetivos políticos e econômicos. Por isso, o anseio popular para que essas organizações sejam classificadas como grupos terroristas não é uma anomalia ideológica; é o reconhecimento de que a nação se tornou refém do narcotráfico.

- **O abismo entre as teorias abstratas da elite progressista e a realidade violenta das periferias** explica por que a população enxerga na classificação das facções como entidades terroristas uma medida de legítima defesa.

- **A falência do sistema de segurança pública** permitiu que o crime organizado se estruturasse como uma corporação burocrática e armada, capaz de substituir as garantias constitucionais por tribunais paralelos.

- **Os discursos políticos sobre a independência e a soberania nacional** servem apenas para camuflar a consolidação de uma ordem supraestatal paralela que mantém o cidadão comum refém do narcotráfico.

